



PSD: UNIR EM NOME DE PORTUGAL

**Proposta Temática
do Secretariado Nacional dos TSD
ao 40º Congresso Nacional do PSD**

Primeiro Subscritor: *Pedro Roque Oliveira*

ÍNDICE

I PSD - A LIDERANÇA RUMO A UM NOVO CICLO POLÍTICO	4
1. SAUDAÇÃO A LUÍS MONTENEGRO PELA SUA ELEIÇÃO COMO PRESIDENTE DO PSD.....	4
2. SITUAÇÃO INTERNACIONAL IMPREVISÍVEL, UM GOV NÃO ESTÁ À ALTURA DOS DESAFIOS	4
II PORTUGAL E O PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA	7
1. PSD – UM GRANDE PARTIDO DE PORTUGAL, DA SOCIEDADE E DOS TRABALHADORES	7
2. O PAPEL INCONTORNÁVEL DO PSD COMO O PARTIDO DO CENTRO POLÍTICO EM PORTUGAL	8
3. A IMPORTÂNCIA DO PSD ENQUANTO MAIOR PARTIDO DA OPOSIÇÃO	8
III ECONOMIA SOCIEDADE E TRABALHO	10
1. MAIS DESENVOLVIMENTO COMO GARANTIA DE INCREMENTO SOCIAL.....	10
2. VALORIZAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS. APROFUNDAR O ESTADO SOCIAL	10
3. O PAPEL INCONTORNÁVEL DO SINDICALISMO DE BASE DEMOCRÁTICA	11
4. A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS TSD NA CENTRAL SINDICAL DEMOCRÁTICA UGT	12
5. A IMPORTÂNCIA DE ESTABILIDADE NA LEGISLAÇÃO LABORAL	12
6. A CONCERTAÇÃO SOCIAL COMO PILAR ESTRUTURAL DO DIÁLOGO	13
7. OS DESAFIOS E AS RESPOSTAS EUROPEIAS	14
IV SUSTENTABILIDADE DO MODELO ECONÓMICO E O FUTURO DO TRABALHO....	16
1. RECUPERAÇÃO, RESILIÊNCIA, DIGITALIZAÇÃO, ECONOMIA VERDE E GERAÇÃO DE EMPREGO	16
2. A GLOBALIZAÇÃO	16
3. EFEITOS DA DIGITALIZAÇÃO – VANTAGENS E DESVANTAGENS.....	16
4. IMPACTO DAS NOVAS FORMAS DE TRABALHO NO FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL	18
5. PROFISSÕES EM RISCO	19
V CONCLUSÕES E PROPOSTAS	21

I

PSD – UNIR PARA LIDERAR A OPOSIÇÃO

1. SAUDAÇÃO A LUÍS MONTENEGRO PELA SUA ELEIÇÃO COMO PRESIDENTE DO PSD

Chamados a pronunciarem-se em eleições diretas no passado dia 28 de maio os militantes sufragaram a candidatura de **Luís Montenegro** que assim se legitima como o novo Presidente do **PSD - Partido Social Democrata**. Esta eleição é especialmente relevante pelo facto de acontecer no início de uma nova legislatura em que existe uma maioria absoluta do PS e de o papel da oposição dever ser sistemático e suportado na forte coesão interna do PSD.

Os **TSD – Trabalhadores Social Democratas**, cientes da confiança maioritariamente expressa pelos militantes, saúdam o novo presidente. Reiteram disponibilidade e vontade de, a seu lado, contribuírem para unir o Partido após as eleições diretas, o presente Congresso para o importante trabalho do PSD na oposição.

Reforçar a coesão do **PSD** significa também dinamizar e fortalecer o Partido enquanto alternativa credível e efetiva ao governo socialista agora em maioria absoluta.

Os **TSD** continuarão a representar solidária e entusiasticamente, enquanto estrutura autónoma, a voz do Partido, dos seus ideais de justiça social, progresso e modelo de democracia no mundo do trabalho, no movimento sindical, mas também os valores e anseios dos trabalhadores no seio do **PSD**.

2. UMA SITUAÇÃO INTERNACIONAL IMPREVISÍVEL E UM GOVERNO QUE DEVE ESTAR À ALTURA DOS DESAFIOS

A legislatura anterior conheceu um final abrupto em virtude da rejeição da Proposta de Orçamento de Estado para 2022. Ela foi, de resto, uma legislatura atípica não só em virtude do seu encurtamento, mas também pelo facto do Governo e do Partido Socialista, apesar do reforço parlamentar que obtiveram, não terem sido capazes de assegurar o apoio efetivo dos seus aliados da “geringonça”. Tal circunstância, aliada aos constantes erros de governação, foi fatal na sua capacidade de sobrevivência política.

Foi uma breve legislatura marcada pelo advento de uma grave situação de saúde pública à escala global e que, naturalmente, também afetou Portugal. Referimo-nos à pandemia de Covid19 que, a partir do mês de março de 2020, implicou perturbações

fortíssimas na vida das pessoas e com reflexos recessivos na atividade económica, sobretudo em setores estratégicos para Portugal como foi o caso do Turismo e tudo o que lhes está associado como seja a hotelaria, viagens, restauração ou a animação.

A pandemia, desde o início, disseminou-se de modo galopante. Apresentou um elevado número de infeções e trouxe, como consequência mais grave, a morte a um número elevado de pessoas. Foram por isso inevitáveis medidas de saúde públicas que procuraram conter os contágios. Tiveram, porém, como reverso da medalha, o refrear das atividades produtivas e a forte recessão económica.

Foi extremamente relevante o papel dos trabalhadores de muitos sectores profissionais que, nas várias fases críticas da pandemia, mantiveram o funcionamento de áreas fundamentais da economia, na assistência clínica, nas forças de segurança, no setor dos serviços e da logística. Do seu trabalho dependeu a satisfação das necessidades de todos os portugueses no período pandémico.

É justo recordá-lo e saudá-lo.

Quando todos pensavam que, finalmente, a pandemia tinha sido ultrapassada ou, pelo menos, fortemente mitigada e controlada a geopolítica vem ditar as suas leis através de uma agressão militar injustificada da Federação Russa a um país soberano, a Ucrânia, ao arrepio do direito internacional e da Carta das Nações Unidas.

A agressão de que a Ucrânia está a ser alvo, desde o dia 24 de fevereiro e a que os ucranianos têm vindo a fazer frente de modo heroico, próprio de quem luta do lado da razão, constitui a maior crise militar e humanitária desde o final da segunda guerra mundial

Para além do potencial para remodelar a paisagem geopolítica europeia, esta agressão inqualificável constitui um pesadelo para a segurança de toda a humanidade, ao mesmo tempo que representa maciço sofrimento humanitário e múltiplos e intoleráveis crimes de guerra que não podem passar impunes.

Mas não só do ponto de vista humanitário, estratégico e securitário esta situação é preocupante. De facto, a forte dependência da Europa do fornecimento de combustíveis fósseis – carvão, petróleo e sobretudo gás natural – por parte da Federação Russa implica uma forte incerteza sobre a continuação desse fornecimento e até sobre a legitimidade de, por um lado, se apoiar solidariamente a Ucrânia através de um embargo económico à Rússia, mas, por outro, em virtude da dependência energética, se continuar a financiar indiretamente a Rússia e o seu esforço de guerra através da continuação desse fornecimento.

A instabilidade tem gerado um forte clima de incerteza nos mercados internacionais com reflexo claro e visível nos preços da energia, nas suas diversas formas, que têm

vindo consecutivamente a subir acentuando a pressão inflacionista global com reflexos perniciosos no poder de compra dos salários.

Este é um fenómeno global a que Portugal não escapa sendo que as previsões apontam para uma taxa de inflação, no corrente ano, atinja os 8% quando as atualizações salariais ficarão muito abaixo deste valor.

Do mesmo modo a rutura no abastecimento de cereais no mercado global, do qual a Ucrânia e a Rússia se contam entre os maiores produtores e exportadores, acentua não só as tendências inflacionistas como, também, fortes incertezas sobre a segurança alimentar global e o receio fundado de fenómenos de fome em diversos países de maior dependência das importações alimentares e de maior debilidade económica para fazer face a aumentos fortes nos preços nos mercados internacionais.

Tal situação é altamente preocupante, não só do ponto de vista humanitário, mas também do ponto de vista da estabilidade política regional e da segurança. Se nos recordarmos que muitos dos países do Médio Oriente e do Norte de África estão nesta situação e que, há uma década, no dealbar da chamada "Primavera Árabe" os preços se encontravam igualmente em forte alta, poderemos antever que, aos problemas de segurança no leste da Europa, se poderão eventualmente juntar problemas no flanco sul.

A situação internacional é assim de forte volatilidade e ela reflete-se, inevitavelmente, na conjuntura nacional pelo que seria importante ter um Governo à altura das circunstâncias, mas também que o PSD seja a oposição efetiva que o país necessita.

II

PORTUGAL E O PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

1. PSD – UM GRANDE PARTIDO DE PORTUGAL, DA SOCIEDADE E DOS TRABALHADORES

O **PSD** sempre se afirmou como um partido interclassista, representando todos os Portugueses independentemente da sua posição social, aberto à sociedade, com um ideário, princípios e valores que permanecem firmes desde a sua fundação. Não obstante, esta leitura da Sociedade é necessariamente dinâmica em virtude da sua própria evolução ao longo dos anos.

Mas o **PSD** deve ser considerado, também e sobretudo, um *Partido de Trabalhadores*. Sendo Portugal um país em que o fator Trabalho tem um peso tão determinante é sobretudo no voto e na confiança de quem trabalha que se robustece a representatividade política do nosso Partido.

Os **TSD - Trabalhadores Social Democratas** constituem a estrutura autónoma do **PSD** para o mundo laboral e o movimento sindical. O nosso Partido possui uma estrutura com estas características como consequência das suas ideologia, implantação e aceitação. É um Partido do Trabalho, do progresso económico e da redistribuição social.

Também ao nível do movimento sindical a sua influência se faz sentir através de um conjunto vasto de associados e dirigentes sindicais que perfilham estes valores. São, precisamente, os **TSD** que projetam o **PSD** nesta realidade social tão importante.

Os **TSD** visam, assim, contribuir para a construção de uma sociedade orientada pela *Social-Democracia*, pugnando pelo cumprimento dos princípios programáticos do **PSD** na área laboral e na defesa da independência e autonomia das associações sindicais. Como consequência têm uma presença nuclear na UGT – União Geral de Trabalhadores, na USI – União dos Sindicatos Independentes e no movimento sindical independente em geral.

Mas este é também um caminho de duplo sentido. Se representamos o **PSD** junto do mundo laboral e do movimento sindical então, por maioria de razão, também representamos o mundo do trabalho, o seu sentir, anseios e necessidades no seio do Partido.

Consequentemente, os **TSD** entendem mais do que nunca, que os grandes valores do

Trabalho, da justiça social, da negociação, do diálogo social e do efetivo combate à pobreza, não podem ser ignorados ou sacrificados num qualquer altar da tecnocracia macroeconómica ou da insensibilidade social.

O Trabalho é a base da nossa sociedade. É nele que reside o rendimento da maioria das famílias e a base da sua própria qualidade de vida.

Do mesmo modo, sem trabalhadores não há economia.

2. O PAPEL INCONTORNÁVEL DO PSD COMO O PARTIDO DO CENTRO POLÍTICO EM PORTUGAL

O **PSD**, após o relevante papel histórico que desempenhou na liderança de um Governo que recuperou e devolveu a dignidade a Portugal e, mais recentemente, enquanto oposição responsável aos governos socialistas apoiado pelas forças de esquerda, deverá continuar a manter-se fiel à sua matriz ideológica social-democrata que o coloca no centro político, rejeitando, de igual modo, o coletivismo derrotado pela História e um certo capitalismo desregulado e insensível ao progresso social.

Em nossa opinião as propostas políticas do **PSD**, na legislatura que se avizinha, deverão sempre ter em conta a união dos interesses do desenvolvimento económico e do progresso social. A instrumentalidade da Economia, constitui para nós um valor inalienável já que, só assim, se constrói uma efetiva ***Economia Social de Mercado*** tendo como pressuposto que a redistribuição deve ser antecedida da criação efetiva de riqueza por forma a ser sustentável.

De igual modo é fácil de entender que a uma economia débil corresponderá um Estado Social inconsequente. Assegurar a sustentabilidade económica constitui a marca identitária do **PSD** e que é, ideológica e pragmaticamente, diferenciadora relativamente ao Partido Socialista.

O PS, por diversas vezes, à frente da governação do país tem tido como marca idiossincrática o exaurir das contas públicas, os incumprimentos financeiros do Estado e a necessidade de sucessivos e humilhantes resgates financeiros de urgência para evitar a bancarrota.

Por seu turno, a visão social-democrata do **PSD** em Portugal assenta na perceção nítida que o interesse coletivo passa por assegurar as condições de sustentabilidade do crescimento económico para que a redistribuição da riqueza e a manutenção do Estado Social seja sustentável.

Por isso o PSD é um grande partido do Centro político.

3. A IMPORTÂNCIA DO PSD ENQUANTO MAIOR PARTIDO DA OPOSIÇÃO

As últimas eleições asseguraram ao Partido Socialista a maioria absoluta dos assentos parlamentares e a formação de um Governo que tem condições plenas de estabilidade política para cumprir o seu programa.

Foi essa a escolha dos Portugueses e que, naturalmente, respeitamos com humildade democrática.

Importa assim que o papel da Oposição seja clarificador das diferenças, apontando os erros e constituindo-se como uma alternativa de poder responsável, em nome de Portugal.

O papel da Oposição e do PSD, enquanto segundo maior partido no hemiciclo, é o de apontar os caminhos e as alternativas conducentes a um crescimento económico efetivo, sustentado, capaz de superar atrasos estruturais e quebrar o ciclo de empobrecimento relativo perante um conjunto de Estados-membro da União Europeia, designadamente os países do leste europeu.

Só esta circunstância permitirá a redistribuição sustentada da riqueza e alcançar níveis de bem-estar geral dos Portugueses compatíveis com a média da União Europeia, mas também combater os problemas sociais estruturais do país, designadamente, os baixos salários, a precariedade e os bloqueios ao diálogo social.

III

ECONOMIA, SOCIEDADE E TRABALHO

1. MAIS DESENVOLVIMENTO COMO GARANTIA DE INCREMENTO SOCIAL

Apesar do resultado das últimas eleições legislativas, Portugal sabe que pode confiar no **PSD** enquanto Partido responsável na Oposição e alternativa de poder. Mais importante do que a tentação governativa de “*dar agora*”, para “*retirar logo de seguida*”, são a previsibilidade e a sustentabilidade em matéria económica como o único suporte do Estado Social e de uma redistribuição verdadeiramente efetiva e cumpridora do objetivo supremo de justiça social.

Entendemos que objetivo da governação deve ser conducente à melhoria dos rendimentos, redução da pobreza e combate às desigualdades. A valorização do salário mínimo é importante para assegurar a recuperação e melhoria do poder de compra e para a redução da pobreza. Todavia verifica-se que, apesar do seu aumento substantivo nos últimos anos, o salário médio não subiu gerando situações de esmagamento salarial com as consequentes situações de injustiça, descontentamento e desmotivação laboral.

Por isso é tão importante criar as condições para o crescimento económico.

Sabemos igualmente que, o ***Estado Social*** é um dos tópicos em que as diferenças entre **PSD** e PS são mais marcantes. Não ao nível do seu escopo ou dos seus objetivos últimos, mas antes do modo de como garantir a sua sustentabilidade no tempo. O Estado Social é um ganho civilizacional e todos gostamos de viver numa sociedade em que a solidariedade é efetiva. Porém, o cuidar da criação de riqueza para fazer face à sua sustentabilidade deve ser a primeira das preocupações políticas já que o mesmo não se alicerça, nem se mantém, com base na retórica ou em utopias politicamente corretas de esquerdas mais ou menos radicais.

As provas desta evidência foram por demais claras no passado recente quando, em 2011, um Governo socialista, por não cuidar da *coisa pública*, levou a que Portugal necessitasse de mais um humilhante resgate financeiro internacional e visse as suas políticas sociais serem inevitavelmente afetadas.

2. VALORIZAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS, APROFUNDAR O ESTADO SOCIAL

O desinvestimento a que a Administração Pública e os Serviços Públicos foram sujeitos ao longo dos anos e o encerramento de serviços públicos em sectores fundamentais como a Educação, a Saúde ou a Justiça e em outras áreas como as Finanças ou os

serviços postais têm contribuído para um cada vez maior afastamento do Estado face aos cidadãos e vice-versa, pondo em causa os pilares estruturantes do nosso Estado Social e da nossa democracia.

É absolutamente imprescindível que se recupere o nível de investimento público nos próximos tempos, depois de vários anos de desinvestimento com as consequências graves que todos conhecemos.

É essencial investir nos serviços públicos e nos seus recursos humanos, assegurando aumento de salários para todos os trabalhadores, revisão das carreiras e progressões e um sistema de avaliação justo.

3. O PAPEL INCONTORNÁVEL DO SINDICALISMO DE BASE DEMOCRÁTICA

Os Sindicatos representam os interesses dos seus associados em particular e dos trabalhadores em geral. Têm a responsabilidade e a necessidade de se pronunciarem sobre todas as alterações à legislação do trabalho. Esta é a dimensão da relevância social das organizações sindicais.

O objetivo do movimento sindical de melhorar as condições de vida dos trabalhadores tem muito em comum com o da ***social-democracia***, que o assume em todas as suas dimensões para o conjunto dos cidadãos. É um objetivo exigente que obriga os dirigentes sindicais a tomar partido naquelas que são as decisões políticas mais relevantes da nossa sociedade e os convoca à análise dos problemas, à sua discussão com os trabalhadores e, conseqüentemente, a influir nas tomadas de decisão.

É isso que se espera dos dirigentes sindicais, especialmente dos *social-democratas* que devem igualmente pautar a sua conduta no respeito pelo valor inalienável da independência sindical e dos princípios democráticos que norteiam a sociedade em geral.

Fala-se de um declínio da sindicalização. Este é, face ao exposto, um motivo de preocupação. Importa assim modernizar e capacitar os Sindicatos para recrutarem mais e melhores quadros, que possam dinamizar a atividade sindical e serem um dos dois pilares da contratação coletiva.

Se estão em causa decisões que vão refletir-se negativamente na vida dos trabalhadores ou dos cidadãos, os Partidos devem promover e apreciar o empenhamento daqueles dirigentes na sua discussão, assumindo o resultado final como um contributo para o aperfeiçoamento da democracia.

Consideramos assim que é fundamental para todos os trabalhadores participarem civicamente, seja na empresa, nas comissões de trabalhadores ou comissões sindicais,

no sindicato, em associações diversas, na autarquia ou no Partido.

4. **A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS TSD NA CENTRAL SINDICAL DEMOCRÁTICA UGT**

A UGT constituiu-se em outubro de 1978 como uma resposta democrática à tentativa de hegemonia comunista do movimento sindical. Os sindicalistas ligados aos **PSD** e **PS** decidiram constituir uma nova central sindical que preservasse os princípios da liberdade de constituição de sindicatos e a sua independência relativamente a outros interesses que não fossem os da defesa intransigente dos seus associados, salvaguardando, todavia, o exercício do direito de tendência enquanto forma de expressão político-social.

Os **TSD** são assim parte constituinte e integrante desta Central Sindical. Orgulham-se do papel histórico da UGT e estão convictos da sua importância para a construção do quadro económico-social pós-pandémico em clima de diálogo social.

Na sequência de mais um congresso eletivo da UGT, os **TSD** reafirmam o seu firme propósito de, em diálogo com a tendência sindical socialista, contribuírem para reafirmar os princípios democráticos fundadores da Central e reforçar a sua importância no mundo laboral e no quadro da Concertação Social.

5. **A IMPORTÂNCIA DE ESTABILIDADE NA LEGISLAÇÃO LABORAL**

Em virtude da assinatura do *Memorando de Entendimento* com a Troika em 2011 (no âmbito do *Programa de Assistência Económica e Financeira* que resgatou Portugal) e, posteriormente, do *Compromisso Tripartido para a Competitividade e o Emprego* (assinado em sede de Concertação Social em janeiro de 2012), algumas alterações à legislação laboral foram efetuadas em nome da flexibilização e da harmonização legislativa face aos demais estados-membros da União Europeia e da OCDE.

O indicador mais comumente utilizado para avaliar a rigidez do mercado laboral é o *Employment Protection Legislation (EPL)*, um índice calculado pela OCDE que analisa os entraves legais à contratação e ao despedimento. Deste ponto de vista a legislação laboral portuguesa era comparativamente considerada como das mais rígidas. Assim, algumas das medidas em matéria laboral, constantes do *Memorando de Entendimento*, levaram precisamente em conta esta circunstância.

O *Compromisso* celebrado pelos Parceiros Sociais e o Governo em 2012 significou uma aceitação, por parte dos signatários, da necessidade de se empreenderem reformas estruturais que apostassem nos trabalhadores e na melhoria das suas qualificações, em novos processos, tecnologias e inovação. Este acordo foi bem a demonstração do papel insubstituível do diálogo social estruturado, mormente num contexto económico-

social tão exigente. Em matéria de legislação laboral foram levados em conta os compromissos internacionais assumidos por Portugal no quadro do *Memorando de Entendimento* e a importância de aproximar a nossa legislação laboral dos padrões internacionais por forma a reforçar a competitividade da nossa economia e o emprego.

Convirá nunca esquecer que parte substantiva do sucesso de Portugal no seu processo de reestruturação e de superação da situação de *default*, comparativamente a outros países intervencionados, radicou no elevado sentido de responsabilidade histórica demonstrado pelos Parceiros Sociais e no resultado obtido neste *Compromisso Tripartido* que acarretando um grande sacrifício para todos os trabalhadores permitiu que Portugal fosse bem-sucedido na “saída limpa” no final do resgate financeiro.

Os **TSD** ao nível da UGT, e o **PSD** ao nível parlamentar, sempre defenderam que eventuais alterações à legislação laboral devem sempre respeitar entendimentos tripartidos, isto é, obtidos através do acordo dos Parceiros Sociais e do Governo.

Consequentemente os **TSD** entendem ser importante que o Código de Trabalho possa continuar a ser estável, equilibrado nas suas disposições e que os ajustes legislativos tenham em conta o interesse comum e obtenham obrigatoriamente o acordo das partes em sede de Concertação Social.

Continuamos a entender que a continuidade da cedência a uma agenda da esquerda radical nesta matéria é um risco que, para além de desvalorizar o papel dos *Parceiros Sociais*, prejudicará a economia, o volume de emprego e os níveis de atração de investimento.

6. A CONCERTAÇÃO SOCIAL COMO PILAR ESTRUTURAL DO DIÁLOGO

A sociedade portuguesa é muito diversa, complexa e fragmentada. Assiste-se ao surgimento de novas formas de organização que, inevitavelmente, conduzem a que os processos políticos, económicos e sociais sejam alargados a novos participantes. A resposta a esta tendência crescente é dada na base do diálogo estruturado e institucionalizado.

É cada vez mais claro que, a observância dos valores associados à liberdade, democracia e direitos humanos, não se esgota nos atos eleitorais e na sua formalidade democrática. A via para o progresso social e económico obriga ao permanente desenvolvimento de uma cultura de compromisso assente nas responsabilidades de cada uma das partes.

A resolução dos problemas que as sociedades modernas enfrentam não é compatível, nem com métodos simplistas, nem com o resultado da ação de um único agente, por maior que seja o poder com que se apresente ou se legitime.

Por todas estas razões, a prática do diálogo estruturado é o método a ser privilegiado. Esta visão obriga a um esforço construtivo das diferentes forças políticas e agentes económicos e sociais para se focarem no que é estratégico de forma a atingirem o objetivo mais importante: a promoção do crescimento económico por forma a que o financiamento e a real abrangência do Estado Social sejam uma realidade.

É neste contexto que o papel dos Parceiros Sociais em sede de Concertação Social e dos Partidos Políticos no Parlamento é determinante e incontornável. Os primeiros estabelecendo os equilíbrios necessários tendo em conta o interesse comum. Os segundos, sem abdicarem dos seus programas e da sua capacidade legislativa conferida pelo voto popular, procurando plasmar a essência do acordado no texto legal.

Os **TSD** lamentam a desvalorização fortíssima que, nos últimos anos, os Governos do Partido Socialista fizeram da Concertação Social e dos Parceiros numa tentativa de agradar aos Partidos à sua esquerda. Ideologicamente estes partidos radicam no princípio marxista da luta de classes que está nos antípodas da harmonização de interesses que o diálogo social proporciona.

Urge reparar os fortes danos infligidos à Concertação Social e à confiança que é necessária entre os Parceiros e o Governo.

7. OS DESAFIOS DA CRISE PANDÉMICA, DO CONFLITO NA UCRÂNIA E AS RESPOSTAS EUROPEIAS

Portugal é um dos Estados-membro da União Europeia e da Zona Euro. Embora com as suas particularidades, muitos dos seus problemas e desafios são comuns e merecem respostas concertadas ao nível europeu.

A situação pandémica, como atrás ficou referido, veio colocar problemas económicos graves em muitas economias dos Estados-membro da União Europeia, mormente aqueles com uma forte dependência estrutural da exportação de serviços, como é o caso de Portugal.

Foi assim muito importante a criação de um pacote financeiro europeu de recuperação e resiliência (**NextGenerationEU**). Mais do que um mero plano de recuperação constitui-se numa oportunidade única de transformação estratégica das economias europeias e de criar oportunidades e empregos para a Europa onde queremos viver. Trata-se acima de tudo de uma visão consubstanciada num acordo para investir em conjunto mais de 800 mil milhões de euros.

A resposta unânime que a União Europeia tem dado na condenação da agressão e no apoio ao povo, ao Governo e às Forças Armadas da Ucrânia é bem o exemplo de como a Europa consegue vencer as suas divisões internas em nome de um objetivo comum.

É também primordial que todos cooperem no sentido de uma Europa forte, unida e multilateral, por oposição aos que professam nacionalismos vários e o isolacionismo europeu. Onde outros despertam invejas e semeiam ódios, devemos inspirar confiança e desenvolver o poder da solidariedade entre pessoas e entre países. Em vez de excluir, devemos orientar nossas políticas para a inclusão com base na dignidade inalienável de cada pessoa. A dignidade humana é o valor supremo que todos devemos partilhar.

A Europa é o maior projeto de prosperidade e paz da História. É essencial garantir e desenvolver este projeto. Saudamos igualmente o *Pilar Europeu dos Direitos Sociais*, com o qual os Estados-membro e a Comissão Europeia se comprometeram. Onde quer que tenhamos responsabilidade política na Europa, apoiaremos a implementação do “Pilar Social” na prática, com um forte foco em salários dignos, acesso à proteção social e um bom equilíbrio entre vida profissional e familiar.

Do mesmo modo torna-se importante, por exemplo, expandir os padrões mínimos europeus nas leis laborais ou nas normas de saúde e segurança no trabalho.

IV

SUSTENTABILIDADE DO MODELO ECONÓMICO E O FUTURO DO TRABALHO

1. RECUPERAÇÃO, RESILIÊNCIA, DIGITALIZAÇÃO, ECONOMIA VERDE E GERAÇÃO DE EMPREGO

Independentemente da forte aposta que o pacote "*NextGenerationEU*" faz na digitalização e na economia circular, temos a perfeita noção de que o atual modelo de desenvolvimento não é ambientalmente sustentável e que pende sobre a humanidade o risco de fortes consequências caso não se proteja o ambiente e se aposte na economia verde e circular.

O país e a UE, no seu todo, devem continuar a adotar as estratégias adequadas, efetivas e mensuráveis para contrariar a particular vulnerabilidade geofísica a que se encontra exposto. As alterações climáticas afetam-nos a todos em termos globais e tudo indica que se produzirão efeitos extremos mais graves e frequentes. O investimento público, bem como a política fiscal deverão estar ao serviço desta estratégia na certeza de que se, assim não for, não haverá emprego ou empreendedorismo num planeta sem vida.

Por seu turno, a transição para a descarbonização, a economia circular, bem como para a digitalização e a automatização devem ser justas, sustentáveis e inclusivas não deixando os direitos sociais dos trabalhadores para trás e a adaptação dos locais de trabalho tem que ser acautelada. Estes requisitos devem fazer parte integrante das estratégias a adotar por Portugal.

Torna-se importante, assim, um modelo de desenvolvimento económico, qualitativamente diferente, ecologicamente sustentável, capaz de incentivar e acompanhar a convergência das transições digital e ecológica no nosso País, tendo igualmente na agenda a defesa do trabalho digno, o bem-estar comum e a proteção dos direitos sociais.

2. A GLOBALIZAÇÃO

A participação de todas as regiões do mundo na produção de bens é hoje uma realidade. Esta evidência criou muitas possibilidades de desenvolvimento económico e social e permitiu a muitos milhões de pessoas emanciparem-se da pobreza alcançando

um emprego e um patamar mínimo de dignidade social. Porém, em sentido contrário, a feroz concorrência internacional a que se assiste tem vindo a degradar continuamente as condições de trabalho, os salários ou o respeito por direitos fundamentais.

Esta internacionalização também contribui para o fluxo migratório contínuo que se vem presenciando. Estas pessoas, apesar de contribuírem fortemente para a criação de riqueza nos países onde se instalam são, paradoxal e frequentemente, vítimas de exploração, xenofobia e afetadas por elevadas taxas de desemprego específicas e por forte insegurança pessoal e familiar.

A regulamentação de políticas de migração, no espírito do "*Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular*", aprovado por um conjunto significativo de países das Nações Unidas, embora não vinculativo, é fundamental. Urge regular fluxos equilibrados para bem de quem necessita de acolhimento e também para quem acolhe.

De igual modo, as regulamentações laborais são fundamentalmente nacionais e incapazes de fazer face a desregulações concorrenciais entre países ou regiões económicas. Pelo que, as situações de forte informalidade típicas dos países emergentes e economias em desenvolvimento não cessam de crescer também nos países industrializados quando o inverso seria o desejável e indiciador de efetivo progresso económico e social.

Estas realidades potenciam a falta de qualidade no trabalho e o aumento dos riscos associados ao mesmo através do aumento do *stress* e das doenças profissionais ou das mortes em acidentes laborais.

Por tudo isto não será de estranhar que o respeito pelos direitos fundamentais no trabalho esteja em regressão, apesar dos progressos a que se tinha vindo a assistir. A liberdade e proteção sindicais ainda não são uma realidade para metade dos trabalhadores do mundo e isso reflete-se ao nível do trabalho infantil, do trabalho forçado ou da discriminação sexual, religiosa, étnica ou com base na deficiência.

3. EFEITOS DA DIGITALIZAÇÃO – VANTAGENS E DESVANTAGENS

A pandemia veio, por força das circunstâncias, forçar a aceleração das formas de trabalho à distância. Assim sendo a digitalização e a robotização do trabalho, os seus efeitos, mormente ao nível das relações de trabalho e os impactos na sociedade e na vida de todos nós estão no centro do debate político, económico e social.

Como em qualquer mudança de paradigma estamos perante desafios e oportunidades, vantagens e desvantagens.

De facto, a contínua, crescente e inevitável digitalização da economia a todos os níveis, constitui um magno desafio para a sociedade. Não somente pela indelével transformação que representa, como sobretudo pela alteração do paradigma laboral. Se tal representa uma melhoria no desempenho da economia e uma profunda integração global, do ponto de vista social, pode ter riscos profundos que importa analisar, perspetivar e mitigar.

A pandemia veio acelerar a implantação de formas de teletrabalho em diversos sectores. Trata-se de exercer a atividade profissional à distância, ou seja, realizada em um local diverso das instalações da empresa recorrendo a Tecnologias de Informação e da Comunicação. De resto, o estado de desenvolvimento tecnológico permite que esta fosse, mesmo antes da pandemia, uma opção viável tanto para empresas e trabalhadores.

Ainda assim convém levar em linha de conta que o teletrabalho tem as suas limitações, não só em função das profissões como também de características de personalidade e de estruturas organizativas empresariais diversificadas.

É do balanço de vantagens e desvantagens que se deve ponderar o avanço para esta forma de trabalho. Se por um lado, permite uma maior flexibilidade horária permitindo melhor conciliação entre a vida familiar e profissional, maior produtividade ao eliminar a pendularidade quotidiana, não nos poderemos esquecer da importância da relação laboral presencial e da socialização no local de trabalho como pilares da relevância do Trabalho.

É da ponderação destes fatores e da implementação de sistemas híbridos entre o trabalho presencial e à distância que o caminho se deverá percorrer.

4. IMPACTO DAS NOVAS FORMAS DE TRABALHO NO FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL

Como as possibilidades de digitalização são inúmeras e progressivas o seu impacto sobre as profissões conhecidas e tradicionais é também grande e potencialmente disruptivo se não for acompanhado de medidas socialmente mitigadoras e respeitadoras dos direitos dos trabalhadores.

De facto, existem inúmeros postos de trabalho suscetíveis de se automatizarem em virtude dos avanços tecnológicos. Tal facto, embora represente um ganho de produtividade, tem como reverso da medalha a circunstância de aumentar o desemprego estrutural.

Um outro impacto não negligenciável é o que se verifica na cobrança da *TSU - Taxa Social Única*. A automatização representa perda de postos de trabalho, as empresas

vêm aumentadas as suas receitas e diminuídas as suas despesas com os salários e com as contribuições sociais que seriam necessárias para que a Segurança Social pagasse o subsídio de desemprego de quem foi dispensado. É um forte incentivo à automatização, com vantagens para as empresas, maior comodidade para os utentes, mas uma péssima notícia para a sustentabilidade da Segurança Social.

Importa assim alterar o paradigma de financiamento da Segurança Social bonificando as empresas de mão de obra intensiva em detrimento das de capital intensivo. Estas deverão contribuir mais para minorar os efeitos sociais da automatização e o desemprego tecnológico que, ainda por cima, tende a ser estrutural em função da especialização e das necessidades de formação adequada e pouco compatível com os perfis de determinados trabalhadores.

Esta questão terá de ser seriamente equacionada sob pena de se por em risco o sistema baseado sobre um alto nível de emprego em que se baseia a nossa Segurança Social.

Esta situação leva igualmente a que, do posto de vista da justiça social, questões como o prolongamento da atribuição de subsídio de desemprego ou a atribuição de uma espécie de *renda básica universal* tenham de ser equacionadas sob pena de vermos aumentada a exclusão.

5. PROFISSÕES EM RISCO

Parece existir, assim, uma relação muito estreita entre as profissões de rotina intensiva (ou com procedimentos bem definidos) e que podem ser replicados por algoritmos mais ou menos complexos e a desaparecimento progressiva de muitas das atuais profissões.

Por exemplo, o aumento progressivo da automação das funções de condução de veículos a que se vem assistindo, permite prever que, num prazo não muito longo, um conjunto de profissões relacionadas com o ato de conduzir viaturas possam desaparecer gradualmente e lançar trabalhadores no desemprego ainda que, concomitante e paradoxalmente, este avanço tecnológico possa permitir um aumento exponencial na segurança rodoviária.

No outro lado da equação, as profissões ou atividades que impliquem maior criatividade ou que necessitem de competências em que a rotina não esteja tão marcadamente presente, são suscetíveis de serem mais duradouras e menos ameaçadas pela automação, ainda que os vertiginosos progressos tecnológicos não permitam afirmá-lo de forma taxativa.

A atitude correta não é a de resistir obstinadamente à automação, senão a de enquadrá-la e de fazê-la respeitar normas e princípios norteadores das relações

laborais e, acima de tudo, conduzi-la de forma que contribua para que o progresso económico e acréscimo de bem-estar, seja acompanhado de justiça social e respeito pela legislação laboral.

V CONCLUSÕES E PROPOSTAS

Por todo o exposto os TSD entendem serem valores fundamentais:

- A recuperação da aposta na Concertação Social tendo como base a boa vontade e a independência dos Parceiros Sociais;
- A dinamização da Negociação Coletiva e da liberdade de associação;
- A defesa do *Pilar Europeu dos Direitos Sociais* e o seu Plano de ação tripartido para a promoção da qualidade nas condições e relações laborais;
- A prossecução da Agenda do Trabalho Digno da OIT e da Declaração do Centenário Para o Futuro do Trabalho. Por uma sociedade mais justa e equitativa;
- A Agenda 2030 das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável e em paz.

Assim, os TSD propõem:

- Dinamização dos mecanismos de negociação coletiva – nos setores público e privado - por forma a se acordarem atualizações salariais que levem em conta o aumento do custo de vida por via da inflação;
- A defesa de mais e melhor formação profissional (inicial e

contínua);

- O combate ao trabalho precário em todos os setores económicos;
- O combate ao desemprego jovem;
- O combate ao desemprego de longa duração com políticas ativas e passivas mais eficazes para o mercado de trabalho;
- A exigência de políticas propiciadoras da sustentabilidade da Segurança Social e o estudo de novas formas de financiamento com o envolvimento dos trabalhadores e as suas estruturas representativas;
- A dinamização da atividade sindical, promovendo a diferenciação e capacitação dos dirigentes sindicais;
- Melhores condições na aposentação e reforma para os mais baixos rendimentos;
- Melhores cuidados de saúde para os trabalhadores e seus familiares.

Em suma, todos deveremos pugnar por melhores condições de trabalho.

Deverá ser esse o fim último das políticas económico-sociais.